

DELINEAMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO DA CIDADE MEDIEVAL

José D'Assunção Barros¹

Resumo: Este artigo busca desenvolver uma reflexão sobre a Cidade Medieval, elaborando um sintético panorama de posicionamentos historiográficos relacionados a algumas das grandes questões pertinentes à História Urbana Medieval. Parte-se de uma discussão inicial acerca da própria definição de “cidade”, e em seguida desenvolve-se uma reflexão sobre a especificidade da cidade medieval, contrapondo-a à cidade em outros períodos históricos e também contrastando a realidade urbana à realidade rural na Idade Média.

Palavras-chave: Cidade Medieval; População Urbana; História Urbana.

Abstract: This article attempts to develop a reflection about the Medieval City, elaborating a synthetic panoramic view about the historiographical positions referred to some of the great questions pertinent to the Urban Medieval History. The initial point is a discussion about the concept of City, and in the sequence it is developed a reflection about the specificity of the Medieval City – opposing it to the City in other historical periods and also contrasting the urban reality to the rural reality in the Middle Ages.

Key Words: Medieval City; Urban Population; Urban History.

Carl Haase (1969, p.60) chegou a afirmar um dia: “É cidade o que chama a si mesma de cidade de maneira oficial”. Tal saída tangencial do problema mais o coloca em toda a sua extensão, do que encerra as discussões sobre o tema. Foi confrontando definições insatisfatórias como esta que Jacques Le Goff recolocou brilhantemente a questão das dificuldades de definir a cidade para o período medieval, que segundo ele se agravam ainda mais pelo fato de que “as palavras empregadas para designar a cidade nos documentos medievais são múltiplas e quase sempre vagas” (LE GOFF, 1980, p.42). Ou seja, mesmo se aceitando a definição já por demais evasiva de Haase, seria ainda difícil rastrear o fenômeno urbano medieval com base nas autodefinições oriundas dos próprios cidadãos medievais. Mais adiante, examinaremos as propostas do eminente historiador francês para contornar este problema crucial.

¹ Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Por ora, uma digressão se faz necessária. Será preciso retomar aqui as definições globais de ‘cidade’, esquecendo, por um instante, as especificidades do período medieval. Começaremos relembrando Louis Wirth, estudioso do fenômeno urbano vinculado à Escola de Chicago que definia a cidade a partir da *quantidade e da qualidade de sua população*. Para ele, seria a cidade “um aglomerado permanente, relativamente grande e denso, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1938, p.2). Em vista desta ‘heterogeneidade’, especialmente típica das formações urbanas e geradora de um “modo de vida específico”, a urbanidade deveria ser entendida também como um “conjunto de instituições e de atitudes sociais” que seria encontrado sempre que as pessoas se estabelecessem em grandes agrupamentos que fossem simultaneamente permanentes, densos e heterogêneos.

Os problemas de uma tal definição principiam, em todos os casos, pelos números. Em termos de quantitativo populacional, que limiar diferenciaria, por exemplo, a ‘cidade’ da ‘aldeia’? Seria a simples ultrapassagem de um determinado limiar populacional o suficiente para definir uma cidade? E como definir um tal limiar, se todos os limiares são construções históricas e culturais? Marcel Roncayolo (1986, p.404) já chamava atenção para o fato relevante de que, até o fim do século XVIII, a cidade fora uma exceção no quadro mundial de população, girando a taxa de urbanização à volta dos 10%. Subitamente, por volta de 1850, um limiar é ultrapassado: mais da metade da população humana já habita a cidade em detrimento do campo, tomando por referência os países europeus. Naturalmente que esta inversão entre as dimensões rural e urbana vai continuar se acentuando no século XX, cada vez abarcando mais regiões do globo terrestre. Não é a toa que Eric Hobsbaum assinalava como um dos fatores distintivos do século XX em relação aos demais séculos que o precederam o fato de que, somente nesta época, “encerrou-se a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos” (HOBSBAWM, 1995, p.18).

Existem implicações importantes no fato de que, com o despontar da sociedade industrial moderna, estamos finalmente diante de um mundo em que o fenômeno urbano já não é mais exceção, mas a regra. A simples comparação entre uma modernidade amplamente urbanizada e o período pré-industrial, este predominantemente ruralizado, pode nos fazer compreender que um contingente populacional que poderia ser considerado impressionante para um período, definindo metrópoles e grandes cidades, pode ser já no período seguinte mero definidor de pequenas aglomerações urbanas. Os números são desta forma um problema a ser resolvido, porque o seu valor é historicizável. De outra parte, alguns autores consideraram incompleta a definição de Wirth – baseada exclusivamente na *concentração*, na

permanência e na *heterogeneidade* populacional – e propuseram a condição igualmente importante de que uma proporção significativa da população urbana ativa estivesse dedicada a ocupações não-agrícolas. Da mesma forma, Peter Mann (1965) foi levado a observar que nenhuma análise satisfatória da cidade deveria ignorar a sua posição em relação à área circundante, uma vez que o maior isolamento ou a maior intensidade das trocas de diversos tipos também contribuiriam para estabelecer um perfil urbano.

Nesta mesma linha, um grupo de economistas e geógrafos contemporâneos preferiu definir a cidade com relação ao seu exterior. A cidade seria fundamentalmente um “lugar de encontro e de troca entre todos os agentes econômicos” de um sistema globalmente considerado. Tende-se a privilegiar, neste caso, a noção de *setor terciário* na categorização urbana. A principal função de uma cidade, outros acrescentaram, seria a de constituir um “centro de distribuição de bens e serviços com relação ao *hinterland* metropolitano” (CHRISTALLER, 1933, p.9). Isto permite considerar, por exemplo, que uma grande ‘cidade-dormitório’ habitada por milhares de operários não deve ser necessariamente considerada uma cidade nos critérios acima referidos. Ainda com relação aos aspectos econômicos, à parte as sempre lembradas características da cidade como centro de *produção* (indústria, artesanato) e *distribuição* (comércio), convém não desprezar a definição de cidade proposta por Sombart, que encara a cidade a partir da perspectiva do *consumo*. A complexidade está colocada. Veremos o que se pode acrescentar já em termos da cidade especificamente medieval.

Cidade: em busca de uma definição válida para a Idade Média

A definição de cidade proposta por Wirth, antes mesmo do quantitativo populacional, partia da necessidade de se identificar um *território permanente*. Dito de outra forma, o primeiro requisito para o estabelecimento de uma cidade seria a permanência efetiva de uma determinada população em um certo local – desde que por um período suficientemente longo para lhe transferir, para os outros e para si mesma, a idéia e os sentimentos de um complexo espacial e populacional estável. Com isto, começa a se gerar antes de mais nada uma base material para a cidade, da qual os seus aspectos mais visíveis serão os prédios, as habitações, as ruas, as estradas. Assim, um acampamento militar de milhares de homens não é obviamente uma cidade, da mesma forma que uma feira organizada em uma encruzilhada comercial também não o é. As estruturas materiais aqui geradas são necessariamente transitórias. Literalmente, depois da campanha ou do evento comercial, a ‘cidade transitória’, se nos permitirmos chamá-la desta maneira, deverá ser desmontada como se nunca tivesse

existido. A Idade Média central, entre os séculos XI e XIV, marcada simultaneamente pela belicidade e pelo florescimento comercial, conheceu bem estes fenômenos.

Da mesma forma que os valores populacionais, a ‘espacialidade’ e a ‘materialidade’ são também critérios historicizáveis. Não podemos esperar encontrar nas cidades da Idade Média as extensões espaciais de uma mega-metrópole moderna. Da mesma forma, o aspecto material das estruturas urbanas poderá apresentar-se diferenciado em um caso ou outro – embora nas cidades que atravessaram longos períodos da civilização, como Roma ou Atenas, seja comum a superposição de estruturas materiais oriundas de várias épocas.

As cidades medievais também apresentaram, desta maneira, um determinado tipo de espacialidade e uma materialidade específica. Quanto aos habituais padrões de *extensão do território urbano* no período medieval, podemos ter uma idéia geral a partir do levantamento empreendido pelo urbanista M. Benevolo (1968), relacionado às principais cidades da Baixa Idade Média e às suas respectivas superfícies alcançadas pelo último cinturão de muros. A tabela registrada a seguir, trazendo os números relativos a algumas das principais cidades européias da Idade Média com base no século XII, revela extensões urbanas muito modestas em relação às grandes metrópoles da atualidade. Tal como observa Lewis Mumford (1961, p.340), mesmo no caso das maiores cidades medievais da Europa, nenhuma formação urbana usualmente se expandia por mais de 800 metros a partir do seu centro. Estes limites extensivos, naturalmente, não deixavam de trazer repercussões sociais que contribuem para delinear o modo de vida urbano especificamente medieval. Diante de um contexto como o que transparece a partir dos dados abaixo, é fácil entender que a vida social em uma cidade medieval adquiria uma singularidade que se expressava tanto ao nível da disponibilidade das instituições como da interação entre os indivíduos.

VENEZA	(a cidade e as ilhas contíguas)	600 hectares
MILÃO	(muros dos Visconti, séc..XV)	580 hectares
GAND	(muros do século XIV)	570 hectares
COLONIA	(muros de 1180)	560 hectares
FLORENÇA	(muros de 1284)	480 hectares
PÁDUA	(muros vênets do século XV)	450 hectares
PARIS	(muros de Carlos V, de 1370)	440 hectares
BRUXELAS	(muros DE 1357)	415 hectares
BOLONHA	(muros do século XIII)	400 hectares
LOUVAIN	(muros de 1357)	395 hectares

VERONA	(muros dos Scala, sec. XIV)	380 hectares
BRUGES	(muros de 1297)	360 hectares
PLACÊNIA	(muros do século XIV)	290 hectares
TIRLEMONT	(muros do século XIV)	250 hectares
NÁPOLES	(muros aragoneses do sec. XIV)	200 hectares
PISA	(muros do século XII)	200 hectares
BARCELONA	(muros de 1350)	200 hectares
SIENA	(muros do século XIV)	180 hectares
LÜBECK	(muros do século XIII)	180 hectares
LONDRES	(muros romanos restaurados)	160 hectares
NUREMBERG	(muros de 1320)	160 hectares
MALINES	(muros do XIV)	160 hectares
FRANKFURT	(muros de 1333)	150 hectares

Tabela baseada no levantamento de Benévolo (1960)

Na realidade citadina da Idade Média, cada parente, cada amigo (mas também cada adversário ou inimigo), bem como cada instituição necessária estava facilmente acessível a qualquer indivíduo dentro de uma distância que poderia ser percorrida a pé. Esta situação contrasta evidentemente com a vida em boa parte das nossas cidades contemporâneas. Nos dias de hoje, à parte as relações mais corriqueiras de vizinhança mais imediata ou de encontros cotidianos relacionados ao circuito ‘residência-trabalho’, são raríssimas as possibilidades de se encontrarem as pessoas que habitam uma cidade de população minimamente considerável, a não ser que haja combinação prévia ou um relativo esforço. Numa cidade medieval as pessoas facilmente podiam se encontrar por coincidência todos os dias. Isso gerava, naturalmente, uma maior interpenetração entre as diversas vidas, um maior controle mútuo, uma privacidade menor. Assim, pode-se dizer que os limites extensivos das formações urbanas medievais determinam, conforme veremos oportunamente, formas de sociabilidade específicas que fazem uma cidade medieval diferir das nossas grandes cidades contemporâneas, com suas dimensões a perder de vista e suas formas de sociabilidade correspondentes. Uma apreciação do fenômeno pode ser sugerida pela comparação entre as atuais metrópoles e as cidades que ainda são suficientemente pequenas, na atualidade, para serem cobertas por uma boa caminhada a pé.

Para além dos limites espaciais definidos a partir da tabela proposta por Benevolo, o elemento mais importante a se destacar com relação à espacialidade das cidades medievais é

que ela é uma ‘espacialidade fechada’, e não aberta. Esta ‘espacialidade fechada em muros’ traz uma série de implicações importantes, que ajudam a definir a cidade medieval. Em primeiro lugar, produz-se aqui um tipo de urbanismo bastante específico e diferenciado daquele que hoje nos é tão familiar. Tal como já fez notar Marcel Roncayolo (1986, p.435), entre os dois modelos de urbanismo existe uma ruptura muito definida, verdadeiro marco para uma virada na concepção da cidade que pode ser datada com menor ou maior precisão.

Embora os especialistas divirjam dos limites cronológicos entre um período e outro, grosso modo pode-se dizer que até fins do século XVIII e princípios do século XIX a cidade assumia contornos mais ou menos precisos, muito habitualmente definidos pela existência de muralhas (mas não obrigatoriamente). Este era um modelo espacial claramente herdado da Idade Média. Com a Europa do período Iluminista é precisamente este modelo urbano que vai se desmantelando. O chamado “urbanismo aberto”, construído a partir das idéias cada vez mais difundidas de um crescimento potencialmente indefinido – do qual a destruição ou o extravasamento dos obstáculos físicos podia ser um contraponto significativo – correspondeu de certa forma a uma viragem fundamental na concepção de urbanismo.

O modelo medieval do ‘urbanismo fechado’ tem naturalmente a sua história. Se, até o século XVIII, os limites murados constituem um aspecto recorrente embora não obrigatório no urbanismo europeu, no período medieval tratava-se de uma regra motivada por necessidades prementes. Com pouquíssimas exceções, como era o caso por exemplo de algumas das cidades inglesas, as formações urbanas medievais eram protegidas por muralhas para responder a necessidades políticas e militares muito imediatas. Isto, naturalmente, não estancava o seu crescimento e suas necessidades internas de ampliação. Jacques Rossiard (1987, p.101) – em seu importante ensaio sobre “o homem citadino” – oferece três bons exemplos para ilustrar o ‘modelo de crescimento’ que costuma caracterizar os sistemas de ‘urbanismo fechado’:

Por necessidades políticas e militares, todas as cidades são fechadas e, à medida que vão crescendo, vão reconstruindo um pouco mais longe as suas defesas – Gand, cinco vezes mais longe, entre 1150 e 1300; Florença, três vezes. Quando demoram a fazê-lo, a guerra vem chamá-las à ordem. Assim aconteceu no reino de França, por volta de 1350.

Assim, para conciliar o seu impulso interno de crescimento com as suas incontornáveis necessidades de proteção diante de um mundo externo extremamente belicoso, o ‘urbanismo fechado’ da Idade Média produz necessariamente um crescimento por etapas, realizado a partir da introdução de sucessivos cinturões de muralhas. Mas, como a construção dos muros constituía a obra pública mais cara naquela época, talvez só comparável ao erguimento das grandes catedrais nos fins da Idade Média, tinha-se aqui um esforço coletivo

relativamente considerável, de modo que estas etapas de ampliação no cinturão urbano amuralhado só poderiam se dar efetivamente a periodicidades bastante espaçadas. Existe aí um ritmo a ser compreendido pelo estudioso do urbanismo medieval. Um crescimento interno e intensivo deve necessariamente se alternar com o crescimento extensivo que será marcado pela ampliação do cinturão de muralhas. Tudo isto repercute em um modo de urbanização bastante singular, tal como observa M. Benevolo (1990, p.270).

No caso, a construção de um novo cinturão seria adiada ao máximo até que no interior do antigo cinturão de pedra não houvesse mais espaço disponível. Isto passou a conferir às cidades medievais uma fisionomia urbana muito peculiar, pelo menos no que se refere à grande maioria das cidades européias até o início do século XIV. No caso, os bairros mostram-se habitualmente compactos, e – tanto quanto podiam sem ameaçar a vida de seus moradores – as casas desenvolviam-se em altura (obviamente que dentro dos limites arquitetônicos possíveis à época, que dificilmente podia ultrapassar os cinco andares). A reversão deste modelo de compactação ao nível da extensão urbana, tal como faz notar o urbanista Benevolo, passou a produzir posteriormente rupturas muito claras em relação a este antigo padrão:

Somente os grandes muros construídos em fins do século XIII e no início do século XIV – em Florença, em Siena, em Bolonha, em Pádua, em Gand – revelaram-se demasiado grandes quando a população, no século XIV, deixou de crescer ou diminuiu. Em seu interior ficaram grandes espaços verdes, que foram ocupados somente no século XIX.²

Este modelo da cidade medieval com bairros compactados e espremidos, por outro lado, não deve afetar a compreensão de que de modo geral a cidade medieval também incluía espaços verdes e enxertos rurais no seu próprio interior. Autores os mais diversos, como Jacques Le Goff e Lewis Mumford, têm ressaltado os imbricamentos da paisagem urbana medieval com elementos campestres, e portanto a convivência dos quarteirões mais apertados com espaços abertos no interior da cidade.

De qualquer modo, a questão da ampliação dos cinturões urbanos na Idade Média deve ser examinada não apenas do ponto de vista técnico (do trabalho humano a ser realizado), mas também de suas implicações sociais. Pode-se dizer que, se a ampliação do cinturão murado corresponde a um esforço social relativamente considerável, as dificuldades se expressam muito mais através do reordenamento social que a expansão urbana implica do que por dificuldades propriamente técnicas em erguer novas muralhas. De fato, trazer

² A Peste que assola diversos países europeus em meados do século XIV, aliás, contribuiria naquele final de Idade Média para este fenômeno de reversão do padrão de espacialidade urbana que pode ser identificado em algumas regiões européias.

arrabaldes para dentro dos muros sempre significa incorporar novos padrões de inclusão, bem como abrir mão de uma parte daquele setor externo e marginalizado do qual a cidade também se alimenta. De resto, significa interferir em poderosos interesses envolvidos na especulação fundiária³. Por fim, como um freio adicional à sua expansão extensiva, a cidade devia contar com limitações naturais, como por exemplo as relativas ao suprimento de água e aos produtos alimentícios locais.

Havia portanto um *maximum* que podia ser atingido – limiar que, uma vez alcançado, levaria a população excedente a preferir optar pela construção de novas comunidades independentes e auto-suficientes, ainda que perto da cidade original. Este modelo de ‘crescimento auto-limitado’ como essencialmente característico das cidades medievais foi excessivamente enfatizado por alguns autores como Lewis Mumford, mas deve ser devidamente relativizado no que apresenta de inspiração biológica excessivamente fundamentada nos modelos de crescimento da célula.

Se a espacialidade relativamente reduzida leva a formas específicas de sociabilidade – como por exemplo o inevitável encontro dos diversos cidadãos em um número muito maior de situações do que ocorreria no período moderno – também poderíamos identificar a princípio um ‘modo *intra-muros* de viver’, associado a uma maneira específica de perceber e sentir o mundo.

Existem, a princípio, certos inconvenientes e malefícios implícitos nesta maneira de viver fechado entre muros. Entre eles, o de ter falta de água potável quando os poços estão contaminados; ou o de nos anos difíceis conviver com lixo acumulado passível de provocar infecções e doenças endêmicas. Existem mesmo inconvenientes psicológicos. Rossiaud, em seu ensaio atrás mencionado, chama atenção para o fato de que nos meses de cerco, guerra ou peste os boatos e as angústias se propagam tão rapidamente como se fossem doenças, gerando-se um “conjunto claustrofóbico” que se mostra apto a abrigar toda a sorte de terrores e emoções coletivas (Rossiaud, 1989, p.102).

Da mesma forma, Lewis Mumford (1991, p.331) também se ocupa das ambigüidades do ‘viver murado’, descrevendo os inquietantes paradoxos decorrentes da segurança e do isolamento simultaneamente proporcionados, em certas circunstâncias, pelas cidades medievais.

³Em Milão, o terreno *intra muros* custa trinta e seis vezes mais do que nos campos limítrofes (ROSSIAUD, 1989, p.102). Com relação a este jogo entre os valores de terrenos internos e externos, o autor assinala, ainda, que a especulação fundiária está na base de muitas famílias de Gand, Gênova e Pisa.

A importância psicológica da muralha não deve ser esquecida. Quando a ponte levadiça era erguida, e fechados os portões ao pôr do sol, ficava a cidade desligada do mundo. O fato de se achar assim fechada ajuda a criar um sentimento de unidade bem como de insegurança. [...] Mas, ainda uma vez, na comunidade medieval, a muralha provocava uma sensação fatal de insularidade, sobretudo porque o mau estado dos transportes terrestres aumentava as dificuldades de comunicação entre cidades. Como tantas vezes aconteceu antes na história urbana, a unidade defensiva e a segurança inverteram sua polaridade e se transformaram em inquietação, medo, hostilidade e agressividade, especialmente quando parecia que uma cidade próxima poderia prosperar à custa de sua rival

Nas últimas décadas estas questões começaram a ser cada vez mais estudadas pelos medievalistas – sobretudo a partir do diálogo mais recente da História, e também do Urbanismo, com as ciências humanas que estudam os aspectos psicológicos da vida do homem. Uma espacialidade murada – a um só tempo proporcionadora de segurança e isolamentos, de promiscuidades e convivências forçadas, de solidariedades e desconfianças – resulta neste modo urbano de vida que tem atraído as atenções dos medievalistas.

Em síntese, a interação entre os três elementos acima indicados contribui para trazer uma caracterização muito própria da Cidade Medieval. De um lado, uma paisagem citadina específica (a cidade de espaços verdes internos que, gradualmente, cede terreno aos bairros compactos salientados por Benevolo). De outro lado, produz-se correlativamente um modo de crescimento específico (o crescimento por etapas que acaba por atingir seus limites naturais e sociais, resultando nas cidades de raios relativamente modestos. Por fim, a importância que a muralha vem assumir na vida urbana medieval termina por constituí-la, ela mesma, em um elemento destacado da paisagem urbana e determinante da sua própria vida social.

Os aspectos até aqui abordados levaram alguns autores a ressaltar, com alguma razão, que um primeiro critério para a definição da cidade medieval seria a própria presença da *muralha*. Trata-se, realmente, de um aspecto importante a ser considerado. Mas, tal como já observou Jacques Le Goff (1980, p.42), existem tanto cidades sem muralhas como aldeias fortificadas. Da mesma forma, acrescenta o medievalista francês, os critérios jurídicos são igualmente discutíveis, uma vez que, por um lado não há diferenças entre os privilégios e franquias concedidos a cidades ou a aldeias, e por outro lado as fórmulas jurídicas que estabelecem no período medieval a identidade urbana são muito diversificadas.

Existe o critério comercial, amplamente utilizado por autores como Henri Pirenne (1925). Mas a utilização exclusiva deste critério definidor — desta função entre outras tantas — apresenta alguns inconvenientes que já foram amplamente debatidos pelos historiadores. Sem contar as aldeias que se apresentam como lugares de feiras e mercados, a definição

exclusiva pela função comercial não somente não explica o fenômeno urbano na sua integridade, como também deixa de fora formações urbanas de *estatutos* consideráveis que não se enquadram na função comercial. Lewis Mumford, por exemplo, acompanha a seqüência de críticas geradas pelas formulações excessivamente simplificadoras do historiador belga. Para ele, a recusa em definir como cidade uma comunidade medieval urbana que não incentivava o comércio a longa distância ou não abrigava uma grande classe média mercantil terminava por se configurar em uma definição inteiramente arbitrária (MUMFORD, 1991, p.279).

Avancemos, portanto, na complexidade. Na segunda metade do século XX, alguns economistas e geógrafos modernos propuseram uma definição de cidade (não especificamente a medieval) em função do papel desempenhado por ela em um território ou em uma rede mais ampla, considerando fundamental para o estatuto urbano o oferecimento de uma determinada gama de serviços voltados para fora de si. Esta consideração é importante para o caso da cidade medieval. Ela exclui do estatuto urbano aquela aldeia camponesa que, embora se mostrando como lugar de um mercado ou de uma feira local, não desempenha qualquer função em um universo mais amplo que não a de ser um grande aglomerado residencial para camponeses de mesmo tipo, além de algum intercâmbio menor voltado para o campo ao qual se vinculam os seus camponeses. O seu mercado, enfim, é estritamente local, dirigido para o preenchimento de necessidades praticamente exclusivas da aldeia e da pequena região a ela adstrita.

O ‘vetor para fora’ é um dado – ele indica que a cidade deve ter necessariamente algum tipo de ‘abertura para o mundo’. Mas é preciso mais. Como avançar na percepção dos próprios sentimentos dos homens medievais com relação aos níveis de urbanização com os quais estes se deparavam? Uma solução brilhante para este problema foi apresentada por Jacques Le Goff em dois artigos definitivos, conforme se verá a seguir. Entraremos, neste momento, no âmbito do fator ‘concentração populacional’ — que constitui, conjuntamente com a existência de uma espacialidade e de uma materialidade permanentes, uma condição imprescindível para a caracterização da cidade.

Os índices medievais de urbanização

Nos dias de hoje, quando o homem moderno convive com metrópoles de milhões de habitantes e com cidades médias que atingem as centenas de milhar, causaria certamente

estranheza ao homem comum saber que por volta do início do século XIII tinha-se na Europa continental apenas uma cidade com mais de duzentos mil habitantes (Paris) e umas poucas outras com mais de cinquenta mil moradores fixos. Daí para diante pouco mais de sessenta formações teriam entre 10 e 50 mil habitantes, e uma boa centena não contariam senão com uma população situada entre mil e dez mil habitantes. Abaixo deste limiar também grassavam formações urbanas que, destarte, poderiam facilmente se confundir com as grandes aldeias a não ser pelo fato de que talvez os seus habitantes as representassem para si mesmos como “cidades”, o que, de resto, não deixa de ser um aspecto importante. De qualquer modo, com relação ao quadro mais amplo da população medieval, o morador da cidade representava um setor muito estreito da humanidade medieval: se em algumas poucas zonas de maior desenvolvimento urbano um homem em cada três habitaria a cidade, na maior parte das regiões apenas um em cada dez poderia se autodefinir como cidadão (ROSSIAUD, 1987, p.99).

O quantitativo populacional acima descrito, naturalmente, partiu de limites que representam escolhas de uma análise demográfica específica (limiões considerando tipos de cidade entre mil, dez mil, cinquenta mil e cem mil habitantes), e naturalmente que poderia ser reorganizado de uma outra maneira, tal como o fez Léopold Gênicot (1973), o que de resto vem a mostrar que a classificação hierárquica de cidades sempre contém elementos arbitrários. Assim, Gênicot define três categorias populacionais de cidade. Estabelece em um primeiro grupo com mais de 50 mil habitantes as metrópoles como Paris e Gand; em uma segunda categoria entre 20 mil e 50 mil habitantes uma série de outras cidades de nível médio (Avignon, Bordeaux, Bruges, etc); e registra, por fim, uma terceira categoria entre 10 e 20 mil habitantes (como Arles, Marselha, Metz). Deixa-se de mencionar aqui, ao contrário de Rossiaud, todo um grupo de cidades menores com população inferior a dez mil habitantes.

Já o historiador da demografia Josiah Russel (1972) preocupou-se em dividir a Europa medieval em um determinado número de regiões, cada qual centralizada em torno de uma grande metrópole que funcionaria como o foco de uma rede urbana. A organização dos números populacionais e das informações relativas às dimensões urbanas medievais consiste, portanto, em uma construção teórica — obviamente útil, mas que não deve prescindir da consciência de que temos aqui construções sistematizadas pelos próprios historiadores modernos.

Mas o que nos dizem estes números em termos de categorias já propriamente medievais, e não mais em termos de modernas construções historiográficas? Como teriam

percebido estes números os próprios homens medievais? Mediante que critérios a percepção deste quantitativo populacional teria sido utilizada pelos próprios medievais para aferir um valor de cidade a cada um dos aglomerados populacionais que fosse levado em consideração? São problemas e questões que os historiadores começam a propor nos seus esforços para melhor compreender a vida urbana na Idade Média.

O importante é compreender que os números que poderiam parecer modestos para nós, homens da civilização industrial e pós-industrial, para os próprios medievais adquiriam um valor impressionante, não apenas pelo quantitativo em si mesmo, mas também por uma novidade de atividades e funções que há menos de dois séculos não faziam parte de sua vida. Por outro lado, para atingir estes números em tão pouco tempo, a cidade também foi uma devoradora de homens do campo, verdadeiras “necrópoles do mundo rural”, para utilizar as próprias palavras do historiador francês.

De fato, durante todo o período da Idade Média central a cidade sempre contou com um contingente impressionante de recém-chegados. O número de forasteiros, por assim dizer, quase sempre constituiu pelo menos 50 % da população urbana global. Este dado é significativo, porque traz à população das cidades medievais uma qualidade que a diferencia das cidades de hoje, com exceção daqueles centros extraordinariamente cosmopolitas que caracterizam umas poucas cidades modernas⁴.

Assim, no período inicial de sua revitalização (século XI), a cidade absorvera um grande número de homens do mundo rural, para lá empurrados pelo surto demográfico e atraídos pelas novas oportunidades que incluíam a revitalização do comércio e o desenvolvimento do artesanato. Durante os próximos dos séculos de expansão urbana a cidade continua absorvendo homens e distribuindo a sua composição populacional equitativamente entre recém-chegados e naturais. Quando o quadro poderia ter revertido a favor dos naturais, em decorrência do crescimento vegetativo que começa finalmente a suplantar as taxas de migração e a mortandade interna – o que se dá precisamente no século XIV –subitamente a Peste Negra vem esvaziar novamente a população urbana para permitir que, com as novas migrações, os forasteiros suplantem mais uma vez os naturais. Assim, dos primórdios do desenvolvimento urbano medieval até o alvorecer da modernidade, a cidade

⁴A situação mais comum nas cidades contemporâneas é aquela em que os recém-chegados constituem uma minoria que se acantona nos guetos, normalmente organizados consoante os lugares e etnias de origem. Este é o quadro estudado por Louis Wirth em *O Gueto*, e que se apóia obviamente em exemplos da primeira metade do século XX (WIRTH, 1928).

esteve habitada por forasteiros em número bastante incomum na história das formações urbanas⁵.

Acrescenta-se assim, a uma população singularmente habituada ao viver entre muros, uma qualidade que consiste na convivência obrigatória entre indivíduos que por vezes são mutuamente estranhos, mas que devem desenvolver formas de sociabilidade adequadas à sua sobrevivência no ambiente urbano. Uma população de forasteiros, cada qual desempenhando uma função distinta, sendo todos forçados a coabitar forçosamente e a aprender a linguagem relativamente recente do dinheiro, além de uma certa abertura para o mundo. É esta tríplice coordenada que Jacques Rossiaud tem em vista, ao tentar uma caracteriologia do cidadão medieval. Na Cidade, por força das circunstâncias, haverão de se encontrar necessariamente o mendigo, o cônego, o burguês, a prostituta, entre tantos outros tipos que assinalam a sua presença no cenário urbano, e este “pequeno universo de densa população” imporá suas próprias normas de convivência e um modo específico de viver até então desconhecido na aldeia (ROSSIAUD, 1989, p.100). Ao uso diário e cotidiano do dinheiro todos terão de se adaptar, independentemente de suas profissões ou funções na trama social urbana. Muitos, em razão destas mesmas funções, estarão colocados diante de uma “abertura obrigatória ao mundo”. Eis aqui, pode-se postular, uma base para um novo modo de vida que não encontraremos no campo e em outros ambientes medievais.

Há portanto que se investigar esta população, como quantidade e qualidade, que em um tempo relativamente curto passara a fazer parte da vida medieval. Sobretudo, é preciso captar o próprio olhar medieval que se estabelece sobre esta quantidade e sobre esta qualidade de população – perceber um pouco da variedade de sentimentos que o fenômeno urbano teria despertado nos seus contemporâneos.

Estes caminhos têm sido trilhados por autores diversos. Ao investigar a implantação das ordens mendicantes nos meios urbanos, Jacques Le Goff (1992, p.48) deparou-se não com migrações aleatórias, mas com uma implantação sistemática, cuidadosamente calculada:

os mendicantes estudaram as condições favoráveis ao seu estabelecimento em cada localidade considerada, dedicando-se assim, de maneira mais ou menos consciente, a um estudo do limiar a partir do qual uma cidade era suscetível de acolher e fazer viver um dos seus conventos. Perceberam que esse cálculo punha em causa um mínimo de população, já que uma certa estrutura econômica e social apresentava, graças ao artesanato e ao comércio, meios sócio-profissionais capazes de dispor de uma parte de sua fortuna em dinheiro líquido passível de ser dado, na tradição das doações à Igreja, aos seus conventos.

⁵Jacques LE GOFF chega a afirmar que “na maior parte dos casos, o cidadão é um imigrado recente” (1989. p.19).

Dito de outra forma, os mendicantes tornaram-se por força das circunstâncias e de seus interesses específicos os primeiros estudiosos sistemáticos do fenômeno de urbanização. Sem o saber, empreendiam já uma forma rudimentar de sociologia urbana. Investigavam níveis populacionais, condições físicas, tipos de habitantes citadinos, funções desempenhadas pela cidade em um território mais vasto, fontes de riqueza, e toda uma gama enormemente diversificada de informações capazes ajudá-los tanto na implantação de seus conventos como nas suas estratégias de aproximação e convivência com os citadinos. Compreender os homens e mulheres da cidade, inteirar-se acerca de seus problemas mais gerais e mais cotidianos, decifrar-lhes o caráter e até mesmo prever seus comportamentos e atitudes, tudo isto se tornou parte do seu credo e do seu ofício.

Foi ao perceber a consciência que os mendicantes tinham de si e de seus contemporâneos citadinos que Jacques LE GOFF (1970) vislumbrou uma forma de compreender os limiares de urbanização, tais como os viam ou podiam ver os próprios homens medievais. Com base no nível de implantação mendicante, Le Goff pôde distinguir sem maiores problemas cidades de quatro, três, e dois conventos de Mendicantes; “as menos importantes possuíam apenas um convento”. As propostas do historiador francês para caracterizar e decifrar as cidades medievais, a partir das próprias pistas levantadas pelos mendicantes do século XIII, encontram-se registradas em artigos que ficou célebre (1970).

A originalidade da Cidade Medieval

Uma vez lançada a reflexão sobre a cidade medieval em termos de extensão, padrão de espacialidade, materialidade e quantitativo populacional, cabe agora precisar com maior clareza o que as formações urbanas do período medieval trouxeram de essencialmente novo, e como os diversos medievalistas refletiram sobre esta singularidade urbana da Idade Média.

Ao mesmo tempo em que sofre ou incorpora práticas comuns a um mundo que a cerca – práticas que no universo urbano são readaptadas às novas realidades ali presentes – a cidade do período feudal tem uma identidade própria que é preciso recuperar. Seus próprios contemporâneos a viram como algo novo – talvez com um pouco de inquietude, medo ou fascínio. Onde residirá então esta identidade, afora os aspectos iniciais já considerados, que faz da cidade medieval uma formação social inovadora?

Em História, perguntas como esta devem ser respondidas simultaneamente no âmbito sincrônico e no âmbito diacrônico. Em um caso, a cidade medieval contrasta e interage com o

‘campo’ que a circunda. No outro, a cidade medieval contrasta com formações urbanas que a precederam, opondo-se, por exemplo, à cidade antiga. No encontro destes contrastes sincrônicos e diacrônicos, pode o historiador tatear algo da novidade trazida pelas cidades medievais à história das formações urbanas.

Cidade e Campo são duas realidades que em muitos aspectos podem ser vistas como antagônicas, contribuindo o seu contraste para melhor definir o perfil de um e de outro; mas ao mesmo tempo, talvez em nenhum outro período como na Idade Média, foram realidades em mútua interação. Karl Marx (1975, p.77-78) já abordara o problema, e ao comparar as cidades de vários períodos da história sugeriu que uma ‘oposição dinâmica’ entre cidade e campo só foi possível no modo de produção feudal:

A história antiga é a história das cidades, mas de cidades baseadas na propriedade senhorial e na agricultura; a história da Ásia é a de uma espécie de unidade de campo e cidade não diferenciada (a grande cidade, propriamente dita, deve ser encarada simplesmente como um acampamento militar do príncipe, sobreposto à estrutura econômica real); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como lugar da história, cujo desenvolvimento continua até a oposição cidade / campo; a história moderna é a urbanização do campo, e não como entre os antigos, a ruralização da cidade.

A percepção de um novo tipo de oposição interativa entre cidade e campo como um aspecto essencial que emerge no desenrolar do período medieval foi um ponto de partida importante para a elaboração de uma história urbana ocidental. Daí em diante, os historiadores estariam bem atentos para esta oposição. Já no século XX, historiadores como Jacques Lê Goff continuariam a elaborar reflexões importantes na mesma direção, embora não esquecendo de ressaltar a interpenetração física entre cidade e campo, mesmo que sob a intermediação limitadora e ordenadora da ‘muralha’. Assim, o historiador francês dá a perceber que a cidade medieval encontra-se historicamente situada entre dois tipos de cidade que se separam radicalmente do campo, uma mediando sua distância pela rejeição e conservando a rusticidade no exterior – tal como parece ser o caso de cidades antigas que viviam da oposição entre *urbs* e *rus* – outra avançando sobre o campo sob o signo da expansão e da exploração, tal como teria ocorrido com a cidade industrial e com a cidade pós-industrial, que “devorou o campo”. Entre estes dois tipos históricos de cidades, a cidade medieval apresentar-se-ia mesclada ao campo, “deixando fora de suas muralhas subúrbios e um arrabalde plantados no campo, acolhendo no interior de seus muros, em compensação, pedaços de campo, terrenos cultivados, prados, espaços vazios, e, ocasionalmente, camponeses refugiados” (LE GOFF, 1992, p.15).

Entre a oposição dinâmica que se estabelece entre cidade e campo, conforme enfatiza Marx, e a intermesclagem entre cidade e campo para a qual Le Goff chama atenção, é mesmo necessário perceber que a cidade medieval é filha do campo, apesar das diversidades mais ou menos impressionantes entre estes dois mundos. A dívida da singularidade urbana para com os labores do campo feudal era certamente percebida pelos seus próprios contemporâneos, e, de sua parte, Georges Duby pergunta-se já se “os bois que foram colocados, tutelares, no alto das torres de Laon, não foram eles uma homenagem prestada ao trabalho rústico?” (DUBY, 1988, p.60)⁶. Da mesma forma, entre diversificados sentimentos que vão do desprezo ao temor, passando por um vago reconhecimento de que a cidade é também um produto da terra, a arte urbana deixa entrever “sentimentos mesclados de reconhecimento e superioridade”, para aqui utilizar uma feliz expressão de Jacques Le Goff. Não estaria embutida uma “homenagem ambígua” ao labor dos camponeses que as faz viver nos portais das igrejas urbanas, nas quais “cidade faz esculpir calendários, os trabalhos dos meses”? (LE GOFF, 1992, p.62)

À parte as ambigüidades, a cultura urbana constitui-se, em boa parte, por oposição ao campo, tal como veremos no momento apropriado. Da mesma forma, esta cidade que se mescla de campo, e que eventualmente reconhece de maneira menos ou mais ambígua a sua filiação, produz uma cisão ainda maior entre o rural e o urbano ao nível de suas próprias estruturas sociais. É com relação a estes aspectos especificamente sociais que importa destacar a arguta observação de Marx concernente a este momento particularmente rico em oposições dinâmicas entre campo e cidade que foi o período da expansão feudal.

De fato, enquanto a economia urbana é controlada por mercadores e artesãos organizados em associações e corporações, estabelecendo-se a idéia das ‘solidariedades horizontais’, a economia rural é controlada pelos senhores e funda-se amplamente na imposição de solidariedades verticais e de relações de senhoria e servidão⁷. O predomínio rural dos vínculos de servidão contrasta, por outro lado, com a liberdade requerida pelas

⁶ Georges Duby ocupou-se particularmente das representações campestres na arte cidadina. Segundo ele, “arte urbana, a arte das catedrais foi buscar nos campos próximos o principal alimento do seu crescimento, e foram os esforços de inúmeros pioneiros, arroteadores, plantadores de cepas, valadores de fossos e de diques que, nos triunfos duma imensa conquista agrícola, a levaram à sua realização. Sobre um fundo de messes novas e de novas vinhas ergueram-se as torres de Laon; esculpida na pedra, a figura dos bois de trabalho coroa-as; nos capitéis de todas as catedrais florescem pânpanos; as fachadas de Amiens e de Paris representam o ciclo das estações pela imagem dos trabalhos agrícolas. Justa celebração: este ceifeiro que afia a foice, este vinhadeiro que poda, cava ou opera a mergulhia fizeram, pelo seu trabalho, sair da terra o monumento. Este é fruto do senhorio, isto é, do seu labor” [DUBY, 1978. p.99. (original: 1966-1967)].

⁷É claro que a questão das solidariedades urbanas não é tão simples assim, e que o próprio acesso à solidariedade cidadina é regido por mecanismos de inclusão e exclusão, além de uma variedade de casos em que a cidade reproduz para alguns de seus habitantes modelos senhoriais de controle social.

atividades urbanas. São dois mundos tão opostos, e no entanto tão integrados neste sistema mais amplo do qual terminam por se constituir em partes que se complementam necessariamente.

Mas por ora, já tocando as discussões acerca das interações entre Cidade e Feudalismo, é preciso assinalar que cada aspecto do modo medieval de vida urbana dificilmente poderia existir sem a sua contraparte feudal, ou mesmo sem uma derivação de origem. Há elementos do sub-sistema urbano, tomado em si mesmo, que são em boa medida desdobramentos feudais, embora conduzindo a formas sociais inovadoras. Assim, a autonomia urbana foi possível precisamente em decorrência da parcelarização da soberania peculiar ao modo de produção feudal na Europa (esta é a tese de diversos autores marxistas). A este respeito, podemos exemplificar com algumas observações de Perry Anderson (1987, p.88) que ilustram bem a esquematização marxista mais habitual para a compreensão da autonomia urbana no período medieval:

Só isto permitiu a autonomia política das cidades e sua emancipação do controle direto senhorial ou monárquico, que separava fundamentalmente a Europa Ocidental dos Estados Orientais do mesmo período, com suas concentrações metropolitanas muito maiores. A forma mais amadurecida tomada por esta autonomia era a *comuna*, uma instituição que é um lembrete da irreduzível diferença entre cidade e campo, mesmo dentro da unidade feudal. A comuna era uma confederação fundada através de um juramento de lealdade recíproca entre iguais: a *conjuratio*. Este compromisso jurado era uma anomalia no mundo medieval: embora as instituições feudais de vassalagem e soberania tivessem um caráter enfaticamente mútuo, eram elos de obrigação entre superiores e inferiores numa expressa hierarquia de níveis. A desigualdade as definia muito mais que a reciprocidade. A *conjuratio* urbana, pacto de fundação da comuna e uma das aproximações históricas mais chegadas a um contrato social formal, continha um novo princípio – uma comunidade de iguais.

A autonomia urbana no período medieval – tanto com relação ao exterior como a certos aspectos de sua administração interna, encaminhada aqui pelos próprios cidadãos que eram livres na sua maioria ou na sua totalidade – eis aqui, seguramente, um traço essencial que parece contrastar a cidade medieval com o campo feudal. Por outro lado, também com relação às cidades antigas podem ser definidos contrastes que, de certa forma, passam pelo tipo de autonomia urbana encontrado em cada caso – ou na Idade Média ou na Antiguidade⁸. Um dos autores que perceberam mais claramente estes contrastes foi Max Weber (1921). Em

⁸Ao trecho de Marx destacado, Perry Anderson acrescenta em *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*: “No Império Romano, com uma civilização urbana altamente sofisticada, as cidades estavam subordinadas ao governo dos nobres proprietários que viviam nelas, mas não delas; na China, imensas aglomerações provinciais eram controladas por burocratas mandarins residentes num distrito especial segregado de toda atividade comercial. Em contraste, as cidades modelares da Europa que praticavam comércio e manufaturas eram comunidades auto-governadas, tendo uma autonomia política e militar isolada da Igreja e da nobreza” (ANDERSON, 1987. p.146).

algumas de suas análises historicizadas do fenômeno urbano, o sociólogo alemão partiu de um paralelo estabelecido entre a *polis* antiga, constituída como corporação de guerreiros, e as cidades medievais, baseadas na atividade econômica. No primeiro caso, a estrutura econômica da cidade antiga é orientada para um sentido predominantemente militar. Os investimentos dizem essencialmente respeito a armamentos e a fornecimentos estatais, ao mesmo tempo em que o capital próprio é integrado pelo expansionismo militar que procura, além dos despojos de guerra e escravos, novas terras, novas obrigações tributárias, bem como a imposição do comércio às cidades subjugadas. Com isto, a cidade acaba por se caracterizar como um agregado de guerreiros que exclui a participação política dos grupos empresariais industriais.

Já a cidade medieval, em particular a de tipo industrial continental, encontra-se perante uma organização militar e burocrática dos monarcas e dos seus vassallos, enquanto a sua própria existência é devida à concessão do senhor político territorial, que fazia parte do grupo militar feudal. Mas a cidade respondia essencialmente a interesses econômicos e não militares do detentor do poder legítimo. Desta forma, com exceção das cidades marítimas com suas frotas militares, as cidades medievais não eram caracterizadas por instrumentos de poder especificamente militares. Um dos privilégios do cidadão medieval era justamente a redução das obrigações do serviço militar de guarnição, o que contrasta com os valores atribuídos à instrução militar na *polis* antiga. Portanto, enquanto a cidade antiga seria uma corporação de guerreiros com natureza de um acampamento militar permanente, com o serviço militar mantendo-se como condição essencial do domínio político da cidade, já na cidade medieval mesmo o expansionismo militar das cidades costeiras era orientado para o alargamento do comércio e da indústria, fundamentalmente orientados para o lucro racional. As guerras, neste último sentido, constituíam instrumento para a eliminação de concorrentes perigosos, para o controle das alfândegas, para a aquisição de monopólios comerciais e dos direitos de escala. Basta comprovar, para este caso, com a intrincada história das rivalidades beligerantes das cidades italianas. Enfim, a força militar não é a base do lucro, mas apenas o seu suporte. Weber ainda assinala que, para a cidade medieval, o campo era por regra o único objeto da política econômica urbana, de modo que a cidade especificamente medieval não podia nunca pensar em se pôr a serviço de uma expansão colonizadora⁹. O mercado caracteriza, desta forma, a cidade.

Por outro lado, Max Weber (1958, p.566) acrescenta que, nas cidades do fim da Idade Média, surge um elemento que as torna distintas das cidades anteriores: os burgueses fazem

⁹Este último grupo de considerações encontra-se também desenvolvido em outra obra de Weber (1974, p.661).

dela um lugar de ascensão da servidão à liberdade, por meio do lucro monetário ... A cidadania usurpava assim a faculdade de ruptura do direito senhorial, constituindo-se nesta a grande inovação das cidades no final da Idade Média. Neste quadro, gera-se um grupo de cidadãos associados de forma institucional e submetidos a um direito comum. Quando se fala de ‘solidariedades cidadinas’, particularmente comparando-as aos padrões senhorialmente hierarquizados do campo, deve-se ter em mente que estas solidariedades estavam longe de estar imediatamente acessíveis a todos aqueles que passavam a respirar o ar das cidades (“o ar das cidades liberta”, já anunciava com um lirismo algo exagerado o ditado alemão fixado nos portais das cidades hanseáticas). Mesmo reconhecendo que a jurisprudência dos tribunais urbanos tendia para a unificação das condições das pessoas e bens, Jacques Rossiaud (1987) traz à tona um quadro de hierarquizações intra-urbanas que por vezes fica oculto pelo modelo idealizado das solidariedades plenas dos meios urbanos. A conquista da solidariedade coletiva implica em uma admissão, em um período de residência até que o migrante possa ser aceito com plenos direitos na comunidade urbana, e, muitas vezes, mostra-se mesmo necessária a intervenção de um padrinho e quase sempre a inclusão em um ofício que ofereça a proteção e a mediação corporativa – com tudo isto, como bem ressalta o historiador francês, “fazer parte do povo não era fácil e uma maioria de habitantes desprovidos de recursos revelava-se incapaz de transpor as muralhas erguidas no interior de uma minoria ciosa” (ROSSIAUD, 1989, p.101)¹⁰.

Por ora, retornemos à análise weberiana das especificidades urbanas na Idade Média. À parte algumas relativizações que devem ser contrapostas ao cidadão weberiano como ‘tipo ideal’, sobretudo aquelas referentes aos mecanismos de inclusão e exclusão que são inerentes ao acesso à solidariedade cidadina, as observações de Max Weber a respeito da cidade medieval costumam ser bastante precisas. Deve-se destacar, de passagem, o esforço do sociólogo alemão em fugir a generalizações da cidade pré-industrial, tal como fizeram autores como Sjoberg (1960) e Reissman (1964). Se por um lado constrói um tipo ideal de cidade medieval para encaminhar a comparação em relação à cidade antiga, por outro lado procura elaborar, em outro ponto de sua obra, uma classificação de diferentes tipos de cidade pré-industrial. Neste sentido, propõe uma distinção entre cidades patrícias e cidades plebéias (WEBER, 1999, p.149-163).

¹⁰ Em outra passagem, Rossiaud acrescenta algumas observações significativas: “Em 1200, Lille não aceitava nem bastardos nem foragidos. Bolonha e Assis impunham taxas mais pesadas aos que não eram livres e, por toda a parte, o senhor dispunha de um ano para recuperar o seu homem e, num grande número de burgos rurais, as condições rurais não diferiam muito das da cidade” (1989, p.100).

As observações de Weber acerca da cidade delineiam bem a originalidade medieval na história urbana. Resta apenas acrescentar-lhes a já mencionada percepção marxista acerca da novidade que também aparece no tipo de relação interativa com o campo. A oposição dinâmica e dialética entre Cidade e Campo no período da expansão feudal, tal como assinala Perry Anderson (1987, p.189), foi marcada, enfim, por “um impressionante progresso agrícola e vitalidade urbana”. Em nenhum momento anterior um destes mundos, o rural ou o urbano, pôde desenvolver-se de maneira tão plena sem que fosse preciso parasitar ou bloquear o desenvolvimento do outro. As dimensões até aqui apontadas para uma caracteriologia da cidade medieval não esgotam, evidentemente, a questão. Para complementar uma compreensão mais plena acerca da singularidade do mundo urbano na Idade Média, os diversos historiadores que se dedicaram ao estudo da cidade medieval precisaram aprofundar certos aspectos relacionados à vida social e aos aspectos culturais que se desenvolvem no meio citadino, e estes, certamente, mereceriam um artigo bastante específico no sentido de melhor delinear a cultura urbana medieval.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (*Passages from Antiquity to Feudalism*. Londres: 1974)
- BENEVOLO, M. *Storia della città*. Roma/Bari: Laterza e Fligi, 1968 (*História da Cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1990).
- CHRISTALLER, W. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena: Fischer, 1933.
- DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (*Teories sulla città*. Roma: Liguore, 1979).
- DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. 1978. p.99. (original: 1966-1967).
- DUBY, G. “A Catedral, a Cidade, a Escola” In *A Europa na Idade Média*, São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- HAASE, Carl. “Stadtbeffriff und Stadtentstehungsschichten in Westfalen”, in DERS (org.). *Die Stadt des Mittelalters*, I. Bd. *Begriff, Entstehung und Ausbreitung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1969. p.60-94.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KEYSER, Erich. *Deutsches Städtebuch - Handbuch städtischer Geschichte*. Berlin: 1941.
- LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. {“L’Apogée de la France Urbaine Médiévale” In *La ville médiévale* vol 2. de *Histoire de la France Urbaine* (DUBY, George (ed.)). Paris: Seuil, 1980).

- LE GOFF, Jacques e DE SETA, Cesare (orgs.) *.La Ciudad y las muralhas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1991 (*La città e le mura*. Roma-Bari: Laterza & Fligi Spa., 1989).
- LE GOFF, Jacques . “Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale” em *Annales, ESC*. 1970. p.939-940.
- MICHAUD-QUANTIN, P. *Universitas. Expressions du mouvement communautaire dans le Moyen Age latin*. Paris: Vrin, 1970.
- RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território” In *Enciclopédia Einaudi*. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MANN, Peter. H. *An Approach to Urban Sociology*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1965.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993 (orig: 1845-6).
- MUMFORD, Lewis. “Claustro e Comunidade”, In *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.267-305 (*The City in History — its origins, its transformations and its prospects*. New York, 1961).
- PIRENNE, Henri. *As Cidades na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1962. (*Les Villes au Moyen Age*. Bruxelas: 1925; *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*. Princeton: 1925).
- REISSMAN, L. *The Urban Process*. Glencoe: Fire Press, 1964.
- RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território” In *Enciclopedia Einaudi*. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- ROSSIAUD, Jacques. “O cidadão e a vida na Cidade” In LE GOFF, Jacques (org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1987. p.99 a 122.
- RUSSELL, J. C. “Population in Europe” in CIPOLLA, Carlo M. ed., *The Fontana Economic History of Europe*, Vol. I: The Middle Ages, (Glasgow : Collins/Fontana, 1972), 25-71.
- SCHLEDERMANN, Helmuth. *The Idea of the Town: Typology, Definitions and Approaches to the Study of the Medieval Town in Northern Europe*. *World Archaeology*, Vol. 2, No. 2, Urban Archaeology (Oct., 1970), pp. 115-127.
- SJOBORG, G. *The Preindustrial City. Past and Present*. Glencoe III: Free Press, 1960.
- SOMBART, Werner. “Ursprung und Weses der Modernen Stadt” In *Der Moderne Kapitalismus*. Leipzig, Duncker und Humblot, 1902.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1999.
- WEBER, Max. *The City*. Glencoe: 1958.
- WIRTH, Louis. “Urbanism as a way of life” In *American Journal of Sociology*, XLIV. Chicago: 1938. p.1-24.